



CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
CASA DE NAPOLEÃO LAUREANO  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

---

**PARECER**

---

**PROJETO DE LEI DE Nº: 652/2025**

**ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 21, V DA LEI ORDINÁRIA Nº 14.129 DE 20 DE ABRIL DE 2021, QUE TRATA DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ALTERA A LEI 13.831/2019, QUE DISPÕE SOBRE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE JOÃO PESSOA – SEDES/JP, PARA MUDAR A NOMENCLATURA “CENTRO DE REFERENCIA DA CIDADANIA - CRCS” PARA “CENTRO DE REFERENCIA DACOMUNIDADE - CRCS”**

**I – RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa–CCJRLP recebe para exame e emissão de parecer do Projeto de Lei de nº: 652/2025, de 20 de outubro de 2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que altera a redação do artigo 21, V da Lei ordinária nº 14.129 de 20 de abril de 2021, que trata da organização básica dos órgãos da administração municipal, altera a Lei 13.831/2019, que dispõe sobre estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa – SEDES/JP, para mudar a nomenclatura “Centro de Referencia da Cidadania - CRCS” para “Centro de Referencia da Comunidade - CRCS”

Assim, compete a esta Comissão, nos termos do § 1º, do art. 42 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, elaborar parecer sobre todos os processos que envolvam elaboração legislativa e sobre os demais expressamente indicados no Regimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
CASA DE NAPOLEÃO LAUREANO  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

É o breve Relatório.

Passa-se a opinar.

## **II – CONCLUSÃO**

Analisando-se a redação e a justificativa do projeto, observa-se que a propositura não padece de vícios, revelando sua constitucionalidade, estando de acordo com o artigo 30, I, da Constituição Federal e artigo 5º, I, da Lei Orgânica de João Pessoa, que trata da competência legislativa dos Municípios sobre assuntos de interesse local.

Percebe-se que o inciso I, do art. 5º, da Lei Orgânica Municipal indica que a competência legislativa municipal abrange assuntos de interesse local. Segundo Dirley da Cunha Júnior, entende-se, por interesse local “não aquele interesse exclusivo do Município, mas seu interesse predominante, que o afete de modo direto.

O art. 1º da presente propositura propõe a alteração da nomenclatura “Centro de Referência da Cidadania – CRCs” para “Centro de Referência da Comunidade – CRCs”, que assim expõe:

*Art 1º Fica alterada a redação do inciso V do Artigo 21 da Lei Ordinária nº 14.129, de 20 de abril de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

*“Art. 21. Inclusão Produtiva engloba:*

*(...)*

*V – Centros de Referência da Comunidade – CRCs.”*

Tal mudança visa fortalecer o vínculo entre os equipamentos públicos e a população, aproximando o órgão das dinâmicas e necessidades reais das comunidades, tanto por meio de sua presença física quanto por ações itinerantes em seus territórios.

A partir da reestruturação dos CRCs, será possível a ampliação dos serviços prestados à comunidade, com a inclusão de acesso a políticas públicas, recursos culturais, educacionais, artísticos, digitais incluindo soluções baseadas em inteligência artificial e de promoção do bem-estar social, com foco na proteção e no atendimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade social.



CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
CASA DE NAPOLEÃO LAUREANO  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Entretanto, diferente do exposto na Ementa do Projeto de Lei de nº: 652/2025, que trata de alteração na redação das leis de nºs: 14.129/2021 e 13.831/2019, só foi vislumbrado alteração na redação da lei de nº: 14.129/2021. Apesar disso, não compromete a constitucionalidade desta propositura.

Dessa forma, conclui-se pela constitucionalidade, legalidade e pelo respeito à boa técnica legislativa. Após análise, opino pelo **PARECER FAVORÁVEL** do Projeto de Lei de nº: 652/2025, de 20 de outubro de 2025.

João Pessoa, 06 de novembro de 2025.

**DAMÁSIO FRANCA NETO**  
**MEMBRO/RELATOR**



CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
CASA DE NAPOLEÃO LAUREANO  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

### **III – PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa - CCJRLP, opinou pelo **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei de nº: 652/2025, de 20 de outubro de 2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que altera a redação do artigo 21, V da Lei ordinária nº 14.129 de 20 de abril de 2021, que trata da organização básica dos órgãos da administração municipal, altera a Lei 13.831/2019, que dispõe sobre estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa – SEDES/JP, para mudar a nomenclatura “Centro de Referência da Cidadania - CRCS” para “Centro de Referência da Comunidade - CRCS”, em conformidade com o parecer do Relator.

Salas das Comissões, 06 de novembro de 2025.

**Damásio Franca Neto - PP**  
**Presidente/Relator**

**Valdir Trindade - Republicanos**  
**Vice-Presidente**

**Carlão Pelo Bem - PL**  
**Membro**

**Durval Ferreira – PL**  
**Membro**

**Odon Bezerra - PSB**  
**Membro**

**Marcos Vinicius - PDT**  
**Membro**

**Milanez Neto – MDB**  
**Membro**